

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

Between the institution and the home: an odyssey with educators

Entre la institución y el hogar: una odisea con educadores

Camila Fornelli Costa¹

Thaís Ferreira Santos²

Vanessa Silva Santos³

Luís Antônio Gomes Lima⁴

Resumo

A institucionalização pode influenciar o desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes. Buscou-se verificar sentimentos e pensamentos dos educadores sobre os acolhidos, sobre o sentido que eles dão ao seu trabalho e o que pensam sobre o papel que exercem. Esses fatores, por hipótese, interferem no trato com as crianças e adolescentes. Foram entrevistados nove educadores e suas falas foram submetidas à análise do conteúdo. Os resultados mostraram que os educadores consideram as instituições de acolhimento como extensão dos lares, como provedores materiais melhores que as famílias de origem dos acolhidos, queixam-se do escasso contato que as crianças e adolescentes mantêm com as famílias de origem ou adotivas e relatam que a organização do trabalho dos educadores reflete-se na relação com os acolhidos. Conclui-se que as relações institucionais beiram as relações familiares, levando os educadores a um dilema entre distanciamento profissional e aproximação afetiva no contato com os acolhidos.

Palavras-chave: Instituições de acolhimento. Educadores. Crianças e adolescentes. Políticas públicas.

Abstract

Institutionalization can influence the psychological development of children and adolescents. It was sought to check the feelings and thoughts of the educators about the sheltered ones, the sense they give to their work and what they think about the role they play. These factors, by hypothesis, interfere with the treatment of children and adolescents. Nine educators were interviewed and their speeches were submitted to content analysis. The results showed that the educators consider the sheltering institutions as extension of the homes, as better material providers than the birth families, complain of the little contact that the children and adolescents maintain with the families of origin or adoptive parents and report that the organization of the work of the educators is reflected in the relation with the sheltered ones. It is concluded that institutional relations border family relationships, leading educators to a dilemma between professional distancing and affective approach in the contact with the sheltered ones.

¹ Psicóloga formada pela Universidade São Judas Tadeu (2014).

² Psicóloga formada pela Universidade São Judas Tadeu (2014).

³ Psicóloga formada pela Universidade São Judas Tadeu (2014).

⁴ Graduado em Psicologia pelo Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (1990), mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (1998) e doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2009).

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

Key words: Sheltering institutions. Educators. Children and adolescents. Public policies.

Resumen

La institucionalización puede influir en el desarrollo psicológico de niños y adolescentes. Se buscó verificar sentimientos y pensamientos de los educadores sobre los acogidos, sobre el sentido que ellos dan a su trabajo y lo que piensan sobre el papel que ejercen. Estos factores, por hipótesis, interfieren en el trato con los niños y adolescentes. Se entrevistaron a nueve educadores y sus palabras fueron sometidas al análisis de contenido. Los resultados mostraron que los educadores consideran a las instituciones de acogida como extensión de los hogares, como proveedores materiales mejores que las familias de origen de los acogidos, se quejan del escaso contacto que los niños y adolescentes mantienen con las familias de origen o adoptivas y relatan que la organización del trabajo de los educadores se refleja en la relación con los acogidos. Se concluye que las relaciones institucionales bordean las relaciones familiares, llevando a los educadores a un dilema entre distanciamiento profesional y acercamiento afectivo en el contacto con los acogidos.

Palabras clave: Instituciones de acogida. Educadores. Niños y adolescentes. Políticas públicas.

Introdução

Muitas crianças e adolescentes que vivenciam algum tipo de violência, negligência, abandono no seio familiar, situação de risco ou vulnerabilidade social são encaminhados a instituições de acolhimento que passam a abrigá-las (Daffre, 2012). Nessas instituições, elas são cuidadas por funcionários denominados educadores, responsáveis por oferecerem condições básicas de alimentação, saúde, educação, higiene e afeto. De acordo com o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA) de 2017, cerca de 46.910 crianças e adolescentes viviam no Brasil nesse tipo de instituição. Em São Paulo, lócus desta pesquisa, eram 13.544 acolhidos em 983 instituições.

A situação de acolhimento deve ser temporária, visando ao retorno do indivíduo à sua família de origem ou à colocação em família substituta – Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), 1990. Na prática, essa realidade se mostra diferente, pois o que ainda se vê são crianças e adolescentes que permanecem acolhidos por tempo indeterminado, esperando pelo ajustamento das famílias ou por uma adoção tardia que talvez não aconteça. Segundo Oliveira (2007), na cidade de São Paulo, 53% dessas crianças e adolescentes permanecem acolhidas por mais de dois anos.

A institucionalização pode influenciar positiva ou negativamente no desenvolvimento global dos acolhidos, a depender dos fatores de proteção presentes na instituição, tais como qualidade do espaço físico, composição multidisciplinar da equipe de profissionais, habilidade dos funcionários em reconhecer os objetivos da instituição, entre outros (Salina-Brandão & Williams, 2009). Crianças e adolescentes acolhidos em instituições com condições precárias de cuidados tendem a sofrer consequências negativas em seu desenvolvimento psicológico e social, além de sentimento de insegurança, perda da capacidade de estabelecer vínculos e confiança (Cicchetti &

Toth, 2005). Não se objetiva aqui uma crítica ao processo de institucionalização em si, pois, em muitos casos, há graves violações de direitos na família de origem desses atendidos, sendo o acolhimento a única saída para a proteção deles. Porém, acredita-se que os problemas causados pela situação de abandono ou pela perda da convivência com a família possam ser reduzidos se a instituição de acolhimento proporcionar experiências afetivas reparadoras.

Pretende-se, com este estudo, refletir sobre alguns fatores que influenciam o desenvolvimento dos acolhidos, no que diz respeito à forma como se estabelecem as relações de trabalho e cuidado dentro da instituição. Caso haja falta de preparo profissional e emocional, cansaço e falta de tempo dos educadores, bem como condições e recursos financeiros precários e deficientes, pode haver um prejuízo na formação de vínculos entre educadores e acolhidos e, conseqüentemente, na relação de cuidados (Daffre, 2012). Dessa forma, nesta pesquisa, busca-se verificar o que os educadores sentem e pensam em relação aos acolhidos, que sentido eles dão ao seu trabalho e o que pensam sobre o seu papel como cuidadores, pois se acredita que tais averiguações possam auxiliar no entendimento da realização do trabalho, levando em conta o influxo dos sentimentos e pensamentos dos educadores sobre a forma de lidar com os acolhidos.

Estudos sobre a figura de cuidadores fora do contexto familiar ainda são escassos. Por isso, acredita-se ser prioritário desenvolver e ampliar mais esse campo de pesquisa, para que seja possível fornecer subsídios aos educadores de instituições de acolhimento para seu trabalho, possibilitando seu aprimoramento em relação às suas práticas, já que eles se caracterizam como substitutos dos familiares ausentes (Melchiori & Biasoli, 2001).

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisseia com educadores

Método

Participaram da pesquisa nove educadores de instituições de acolhimento da região metropolitana de São Paulo atuantes na área há dois anos ou mais. Na coleta de informações, utilizou-se um roteiro para o levantamento do perfil do entrevistado (Anexo 1) e procedeu-se a uma entrevista semiestruturada (Anexo 2). As falas foram gravadas.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética (nº 569.617), foram escolhidos os participantes. O contato inicial com os educadores foi estabelecido pessoalmente, sem a intermediação das instituições de acolhimento, o que lhes garantiu mais liberdade de expressão. Todos os participantes foram escolhidos de acordo com o tempo de profissão, no mínimo dois anos de atuação, e por critério de amostra por conveniência, por meio da divulgação da seleção de voluntários em redes sociais. Muitos educadores tiveram resistência e receio em participar e recusavam a abordagem dos pesquisadores. Outro fator de dificuldade teve relação com o tempo de experiência, pois alguns dos educadores que quiseram participar não tinham os dois anos de experiência.

Depois de confirmada a disponibilidade dos interessados e obtido o consentimento para a participação, a coleta de informações foi agendada para data, horário e local de preferência dos participantes. Inicialmente, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e as dúvidas foram elucidadas. Após assinados os termos, os participantes foram submetidos às questões do levantamento do perfil do entrevistado e da entrevista semiestruturada.

Cada entrevista durou cerca de uma hora e 30 minutos. Depois de feitas as transcrições e análises prévias, decidiu-se por realizar uma segunda entrevista a fim de detalhar as informações, considerando que poderia haver resistência em discursar livremente sobre as questões, devido ao fator ansiogênico do primeiro encontro. Esses

novos encontros, que duraram cerca de 30 minutos cada um, também foram gravados para posteriores transcrição e análise. Parte dos educadores resistiu a participar da segunda etapa, alegando pouca disponibilidade de tempo para fazê-lo; porém, houve um esforço por parte dos pesquisadores em explicar a importância da participação deles, pois a pesquisa divulgaria a relevância do trabalho realizado, o que gerou nova aderência à pesquisa, sem perdas no processo de coleta. Na pesquisa, os nomes dos participantes foram trocados por nomes fictícios para preservar a identidade deles.

As informações foram submetidas a análise de conteúdo, a partir do estabelecimento das categorias e dos temas mais trazidos pelos educadores, tendo como base a metodologia qualitativa de Bardin (1979/2011), objetivando analisar profundamente os conteúdos e o contexto histórico e social das falas dos participantes.

Resultados e discussão

Os participantes

Os participantes foram sete educadoras e dois educadores, com idades entre 35 e 54 anos e experiência profissional entre três e 17 anos. Seis deles eram casados, duas divorciadas e uma solteira. Um educador tem Ensino Médio incompleto, outro tem Ensino Superior completo e os restantes o Ensino Médio completo.

Categoria 1: instituição de acolhimento como extensão do lar dos educadores

Ao descrever a dinâmica familiar que tiveram durante sua infância e adolescência, vê-se que alguns educadores, assim como os acolhidos, sofreram em seus lares. Sete entre os nove educadores entrevistados passaram por dificuldades financeiras e maus tratos por parte de seus familiares. Devido a esse fator, a escolha da profissão se deu com o intuito de proteção: para que outros jovens pudessem receber o carinho, a atenção e a orientação

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

que os educadores dizem não terem recebido. “Não quero que eles sofram o mesmo que eu, eu acho que os pais não devem descontar suas frustrações nos filhos” (Dora).

Até mesmo os educadores que não passaram por situações negativas em sua infância disseram se sentir impelidos a cuidar dos atendidos, para que eles tivessem as mesmas condições e experiências positivas que tiveram em sua infância. “Minha mãe sempre foi muito boa comigo e com meus irmãos, ela dizia que os irmãos precisam ficar juntos e cuidarem uns dos outros e tento passar isso aos atendidos no abrigo” (Rosa).

Com isso, os sentimentos e cuidados materno e paterno ganham força: “Não consigo não sentir um sentimento de mãe por eles, porque eu tenho que fazer com eles as funções de mãe: dar banho, dar comida, pegar no colo” (Valquíria). Esses educadores tendem a se ver como referências parentais para os acolhidos, ainda que não se autodenominem pais, mas tios deles. Apesar de os educadores não assumirem esse papel explicitamente, vê-se por meio dos relatos que a aproximação com os acolhidos e a carência de afeto acabam por levar as crianças e adolescentes a considerá-los e denominá-los pais. “Não me vejo como pai deles, mas alguns acolhidos me consideram como pai. Já que eles não têm bons modelos de pais, devo dar bons exemplos” (Luciano).

Na pesquisa de Graciani (2001), os educadores também se veem nesse papel, alguns chegando a afirmar que são como mães e pais. De acordo com Negrão (2004), essa visão está ligada ao que foi constituído na história de acolhimento no Brasil, na qual, no início, de acordo com o Código Brasileiro de 1916 (Lei nº 3.071/1916), a função da instituição de acolhimento (ou abrigo, como também já foi denominada) tinha caráter assistencialista, tendo de acolher crianças abandonadas, por meio de tutores nomeados pelo juiz, que trabalhariam voluntária e gratuitamente, assumindo a criação dos sujeitos abandonados.

Segundo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), os educadores devem saber

que não são familiares dos acolhidos, mas acabam servindo como referência, já que há constituição de vínculos afetivos que podem reparar e reestruturar o desenvolvimento psíquico da pessoa que foi abandonada. É frequente o questionamento dos educadores diante de sua vinculação com os acolhidos, visto que vivem em uma possível separação iminente, por meio da adoção ou retorno à família de origem, o que pode infringir um sofrimento a si mesmos e às pessoas de quem cuidam (Peiter, 2011).

Devido ao estabelecimento dessa vinculação de caráter profissional e familiar concomitantes, de acordo com as informações coletadas, verificou-se que os educadores consideram a instituição de acolhimento não como seu local de trabalho apenas, mas como seu segundo lar. Ela é local em que podem preencher algo que falta em sua própria vida. Viu-se que cinco educadores optaram por esse trabalho para serem inseridos em um local que fosse similar ao que tiveram em algum momento de sua vida, ou para terem o que não conseguiram. Um exemplo disso foi o relato da educadora Rosa, que resolveu trabalhar em uma instituição de acolhimento como voluntária devido à falta que sentia de sua família, pois foi criada com numerosos irmãos e primos e mudou-se de estado após o casamento, separando-se deles. Procurou, assim, a instituição de acolhimento para suprir “o vazio e o silêncio que tinha em casa”.

Segundo Bleger (2003), a instituição tende a reproduzir o sintoma que visa combater ou tratar. Aqui, pode-se perceber que o educador, sem ter consciência desse movimento, torna-se um abrigado, no sentido de que procura na instituição preencher o afeto que não teve em sua vida ou que busca ter novamente.

Segundo Serrão e Baleeiro (1999), independentemente da história de vida do educador, é necessário que ele seja flexível em sua postura diante da relação com o abrigado. Em alguns momentos, deve se distanciar para ser observador de sua própria prática para, assim, percebê-la por meio de um olhar mais crítico e menos pessoal.

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

Entretanto, em outros momentos, é preciso se aproximar mais, para que possa se sentir pertencente à realidade desses atendidos, ficando inteiramente à disposição dos acolhidos com suas experiências, conhecimento e bagagem pessoal, para que assim possam buscar viabilizar ações, novas experiências, maneiras diferentes de ver e perceber, agir e se relacionar com o mundo.

Diante do que foi descrito, levanta-se a hipótese de que, devido ao fato de não terem acesso a definições padronizadas sobre a função, existe uma prática baseada na intuição dos educadores que reflete as experiências vividas por eles. Essa concepção do educador sobre seu papel e o que é esperado dele pode levá-lo a se identificar com uma figura parental.

Categoria 2: a instituição de acolhimento como um provedor materialmente melhor que a família de origem

Quatro dos educadores demonstraram considerar que a instituição de acolhimento fornece tudo o que os acolhidos precisam em relação à alimentação, vestimenta, educação e saúde física, chegando a citar que esse local tem mais recursos financeiros que os lares de origem dos acolhidos ou até mais que os próprios lares dos educadores. Tais profissionais acreditam que os acolhidos poderiam se beneficiar do tempo de permanência na instituição se quisessem, e disseram não entender o motivo pelo qual alguns deles “não dão valor às oportunidades” (Luciano) de orientação, estudos e recursos financeiros que recebem na instituição de acolhimento.

Eles disseram que, apesar de os acolhidos terem sido separados de suas famílias, isso não deve justificar o fato de eles se comportarem de forma “rebelde” (Luciano). Pode-se refletir que isso não parece ser falta de afeto por parte dos educadores, apenas talvez não tenham compreensão do grau de importância da falta causada pela situação afetiva adversa que os acolhidos enfrentam. Para compreender

melhor a necessidade dos acolhidos, pode-se refletir sobre a importância do vínculo familiar e do quanto essa falta pode prejudicar a vida de uma pessoa.

Geralmente, desde o nascimento até cerca de seis meses, o interesse exclusivo do bebê é pela mãe (Aberastury, 1992) e são os pais que dão sentido de sobrevivência e percepção de segurança para o bebê até cerca de um ano. Os cuidados ligados ao contato, calor do corpo do cuidador, alimentação, higiene e afeto podem permitir que o bebê se sintam amado e influenciará a construção da visão de si mesmo, sua autoestima e os relacionamentos afetivos e sociais no futuro (Winnicott, 2002).

Em estudos mais antigos, como os de Spitz (1979/2004), feitos após a Segunda Guerra Mundial, verificou-se que crianças órfãs ou abandonadas por suas mães apresentavam distúrbios em diversas áreas de suas vidas. Os abrigos da época se comprometiam a apenas alimentá-los e vesti-los, mas não havia troca de afeto, nem eram pegos no colo e embalados. Tal situação gerava o que o autor chamou de Síndrome de Hospitalismo, em que havia dificuldades no desenvolvimento físico, insônia, perda de apetite e, aos poucos, perda do interesse por se relacionar com pessoas, interrupção de demonstrações de emoções por meio das expressões faciais, o que, geralmente, levava ao óbito dessas crianças.

Quando o prejuízo não leva ao óbito precoce, pode gerar indivíduos com dificuldades de formação de personalidade, que podem se tornar desinteressados pelas pessoas, estabelecer relacionamentos superficiais, com baixa vinculação afetiva e baixa confiança no outro, além de apatia e falta de concentração. Posteriormente, pode levar a comportamentos antissociais ou delinquentes na fase da adolescência (Bowlby, 1981; Winnicott, 1995).

Os educadores demonstraram entender que a instituição de acolhimento oferece mais recursos que seus próprios lares, mas que “eles têm de tudo e, ao mesmo tempo, não têm nada” (Claudia), pois o que eles têm na

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

instituição de acolhimento é provisório e discrepante em relação ao que terão quando voltarem às suas famílias, ou forem desacolhidos por maioria, podendo se igualar somente se forem adotados por famílias de classe média e alta.

Os educadores limitam a sua intervenção ao momento em que as crianças e os adolescentes estão acolhidos, mostrando-se resignados em relação ao futuro e à efetivação das suas orientações quando não estiverem mais sob seus cuidados. Quatro educadores relataram que, por mais que eles ajudem enquanto os acolhidos estão na instituição, eles não acreditam que esses jovens terão um futuro promissor ao saírem, devido à realidade social deles. “Quando saírem do abrigo terão que se virarem sozinhos. Muitos começam a usar drogas e vão parar no crime por falta de auxílio ao sair” (Joana).

Tal pensamento do educador sobre o acolhido pode ter consequências negativas, já que, de acordo com Allport (citado por Britto e Lomonaco, 1983), pode ser considerado uma profecia autorrealizadora, o que faz com que a expectativa de uma pessoa em relação às atitudes da outra interfira para que a última se comporte de acordo com o que se espera dela. Então quando o educador pensa que o acolhido não tem boas perspectivas de futuro, tal perspectiva talvez interfira negativamente nas expectativas do próprio acolhido sobre seu futuro.

Chegou a aparecer nas falas de dois dos entrevistados a crença de que as pessoas que estudam mais têm oportunidade de trabalharem menos horas. Essa crença parece ser reflexo da própria vida profissional dos educadores, que, muitas vezes, optam por fazer jornada dupla de trabalho para complementarem a renda. Por isso, considera-se que os acolhidos têm chance de não precisar disso, caso estudem mais que os educadores, que, em sua maioria, chegaram somente ao Ensino Médio. Essa ideia pode estar ligada ao *ethos* de classe desses profissionais, que interiorizaram uma situação objetiva, a de que é comum na população de classe baixa e média ter uma concepção de

que pessoas que estudam mais têm melhores chances de empregos e trabalham menos horas por dia. O que, de fato, pode se confirmar na realidade, mas nem sempre ocorre dessa forma (Pinto, 2005).

Apesar da ênfase nos benefícios materiais, a fala de quatro dos educadores abordou a importância de se tratar os acolhidos com afeto e carinho, sendo mais sensíveis em relação às questões emocionais deles, ao entender que, apesar de terem as necessidades de alimentação, saúde, educação e vestimenta atendidas, lhes falta o amor da família, o que, segundo eles, causa muitos prejuízos.

Os estudos mostram que, para um sujeito que é acolhido em uma instituição, a falta de afeto das figuras parentais ou responsáveis (mesmo que não sejam os pais biológicos) pode ser muito prejudicial ao desenvolvimento. Porém, em trabalho realizado em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, constatou-se a possibilidade de fornecer situações de afeto e cuidado que podem ser reparadoras e minimizar as falhas ocorridas pela ausência dos familiares, momentâneas ou prolongadas (Hecht & Silva, 2010).

Hoje, sabe-se que a institucionalização geralmente leva ao tratamento massificado, privação do convívio familiar e perda da individualidade, mas tais fatores não são em si responsáveis pelo total prejuízo da vida da pessoa institucionalizada, pois tudo depende da intensidade e quantidade dos riscos, além da capacidade de resiliência ou da possibilidade de o ambiente fornecer situações reparadoras (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007). Ou seja, isso ressalta a afirmação de que cuidados e afetos substitutos podem reduzir os danos do abandono (Bowlby, 1981).

Categoria 3: o pouco ou nenhum contato entre educadores e família de origem ou família adotiva

Os educadores parecem ficar perdidos em meio ao processo do acolhimento das

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisseia com educadores

crianças das quais cuidam diariamente. Disseram não participar do processo burocrático do acolhimento ou da saída das crianças, permanecendo alheios às decisões do juiz e aos detalhes de cada caso atendido. Diante dessa opacidade, buscam informações sobre a história de vida dos acolhidos por meio da fala deles. Muitos reclamaram dessa falta de participação ativa e ressaltam o quanto poderiam contribuir nas decisões a serem tomadas sobre o retorno à família de origem ou sobre a adoção das crianças e adolescentes com os quais convivem cotidianamente.

Há uma opacidade também quanto à família de origem dos acolhidos e à família adotiva a qual alguns deles se integram durante sua estada na instituição de acolhimento. De acordo com os relatos, não existe uma preparação para os educadores lidarem com as famílias de origem nem com o rompimento dos laços criados dentro da instituição de acolhimento, quando as crianças são desacolhidas. Às vezes recebem uma comunicação de adoção ou retorno familiar pelo telefone, tendo que arrumar às pressas os pertences da criança que sairá da instituição. Como diz um dos educadores: “nós não sabemos quanto tempo ficarão no abrigo, recebemos uma ligação da coordenadora avisando para arrumar as roupas da criança porque serão desacolhidos” (Claudia), “eu tento não sofrer, mas quando saem do abrigo eu choro” (Valquíria).

Segundo Peiter (2011), as instituições de acolhimento mostram dificuldades em realizar um trabalho preparatório para que se lide com a adoção, havendo casos, como também citado no presente estudo, em que a saída da criança ou adolescente é anunciada sem o tempo necessário para que haja uma preparação das pessoas envolvidas. Tal situação parece estar relacionada ao problema de integração entre as decisões do poder judiciário e as instituições de acolhimento, na qual o juiz decide de forma deliberada, sem prévio aviso à instituição de acolhimento.

A educadora Valquíria fez referência à forma agressiva com que alguns familiares se

relacionam com os educadores, buscando culpá-los pela situação do afastamento de seus filhos. Citou uma situação em que uma mãe tentou atacá-la; na ocasião explicou que não era responsável pela situação do acolhimento do filho dela e acrescentou que “se as crianças são abrigadas, é porque algo aconteceu na família deles”.

A situação precária da família de origem dos acolhidos parece ser identificada na fala dos entrevistados, que atribuíram os motivos do acolhimento às questões de desigualdade social no país. Os principais motivos identificados pelos educadores têm relação direta com a pobreza, falta de estrutura da família, gravidez precoce e drogadição, que resultam em atos de violência e negligência para com os que são denominados, pelos educadores, “órfãos de pais vivos” (Inês). Essa falta de estrutura se dá, de acordo com a opinião de três dos entrevistados, sob uma perspectiva social de pessoas que estão inseridas em um sistema que incentiva o consumo de bens aos quais não podem ter acesso, que não lhes dão oportunidade de emprego e não fornece uma educação formal suficiente para que possam ter uma estrutura de cuidado com suas crianças. De acordo com o Daffre (2012), os motivos que levam ao acolhimento são: baixa renda familiar (24,1%), abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%), violência doméstica (11,6%), dependência de drogas ou álcool dos pais ou responsáveis (3,5%), abuso sexual (3,3%).

De acordo com cinco educadores, a separação entre a criança ou o adolescente e sua família é uma decisão extrema e, por vezes, desnecessária, tomada de forma automatizada pelos Conselhos Tutelares, que não investigam a fundo os casos que chegam até esse órgão e não fazem nenhum acompanhamento após a institucionalização. Segundo eles, o Conselho Tutelar poderia procurar algum outro familiar para obter a guarda da criança ou do adolescente que sofreu alguma violência ou negligência, impedindo que passasse pelo acolhimento sem necessidade. Uma solução proposta pelos

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

educadores diz respeito a uma assistência proveniente de políticas públicas que apoiem as famílias e as auxiliem a buscar a estrutura de que carecem. Essa assistência teria um caráter preventivo e evitaria o rompimento extremo do acolhimento.

Apesar de o ECA (1990) prever, no art. 23, que a falta ou carência de recursos da família não são suficientes para a perda ou suspensão do poder familiar, vê-se que os motivos do acolhimento estão fortemente vinculados à precariedade de recursos financeiros da família e à falta de acesso dessas famílias aos direitos sociais básicos. Para tanto, mostra-se necessário, como afirmam os entrevistados, que haja políticas públicas que auxiliem as famílias que se encontram nessa situação, com apoio econômico, material e profissional, para que se preserve a convivência desses familiares com suas crianças e adolescentes, reservando-se o acolhimento para casos extremos, que vão além da condição econômica da família (Baptista, Fávero & Vitale, 2008).

Três educadoras citaram a importância de a família conseguir reestruturar-se e obter novamente a guarda de seus filhos; porém, parecem acreditar pouco nessa possibilidade. A maioria dos educadores demonstrou um desejo de que os acolhidos consigam ser inseridos numa nova família por meio da adoção, mas ressaltaram que esse processo geralmente não ocorre quando a criança passa do primeiro ano de vida, permanecendo indefinidamente dentro da instituição de acolhimento, até a maioridade. Quando acontece, essa separação se dá de forma repentina, restando ao educador e à criança pouco tempo para elaboração desse rompimento.

Seis dentre os nove educadores disseram valorizar a adoção, pois a veem como uma possibilidade de recomeço para a criança. Porém raramente têm contato posterior com os que foram adotados ou voltaram para os seus lares. Recebem somente visitas esporádicas de alguns poucos ex-acolhidos. O que os consola é que as crianças e os adolescentes desacolhidos podem ter

levado algum ensinamento deixado pelos educadores, que buscam prepará-los para o futuro, seja na adoção, no retorno familiar, seja na sua saída por maioria, aconselhando-os, por exemplo, buscarem emprego e pouparem o dinheiro.

Categoria 4: organização do trabalho e do cotidiano dos educadores e seus reflexos nas relações com os acolhidos

O trabalho, segundo os educadores, é organizado em escalas de revezamento entre os profissionais, que trabalham 12 horas e folgam outras 36 horas, intercalando os dias trabalhados. Todos os dias seguem uma rotina que não pode ser alterada. Ao chegar, leem o relatório do plantão anterior para verificar o que foi realizado com os acolhidos durante o dia em que estiveram ausentes e, ao fim do dia, devem relatar o que ocorreu em seu turno.

O salário da maioria varia em torno de R\$ 1.200,00, acrescido do auxílio-transporte. As opiniões sobre remuneração e benefícios se dividiram: algumas educadoras disseram considerar adequado e suficiente para a formação que possuem, enquanto outros educadores defendem que deveriam receber mais. Essa insuficiência na remuneração se mostra concreta quando boa parte dos educadores diz ter que complementar a renda mensal com outro emprego.

Seis dos educadores entrevistados disseram ter entrado na instituição de acolhimento por meio de algum trabalho voluntário ou iniciado em outra função, como cozinheira e faxineira, tendo esse contato direto com os acolhidos despertado o interesse pela profissão. Todos explicitaram um forte desejo de ajudar as crianças e adolescentes acolhidos, apontando esse sentimento como principal motivador do interesse e permanência nessa profissão. Rosa afirmou que, se ainda fosse permitido, permaneceria na instituição de acolhimento apenas como voluntária, porque, para a educadora, o mais importante é estar com os acolhidos.

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisseia com educadores

Ferrari (2008) busca discutir a dimensão ética do voluntariado, destacando que o ato de cuidar de outra pessoa é movido inconscientemente por paixões ambíguas, essencialmente narcísicas, que podem encontrar nos interesses sociais um possível meio de sublimação. De acordo com Figueiredo (2007), é necessário que haja um cuidado criativo que vise à superação das perdas e turbulências da vida, produzindo um sujeito capaz de cuidar e se cuidar.

Os educadores ressaltaram o fato de que não há um plano de carreira específico para a área em que trabalham, restando-lhes permanecer nessa função por tempo indeterminado ou investir em uma graduação para pleitear o cargo de coordenação ou assistente técnico da instituição de acolhimento, sendo que os cursos de ensino superior mais citados foram Serviço Social e Psicologia.

O cansaço apareceu como tema comum inerente ao cotidiano da profissão de educador, seja com o próprio entrevistado ou com um colega próximo, visto como desinteressado pelo que faz. De acordo com os entrevistados, percebem que alguns colegas não gostam da profissão ou estão desanimados com a rotina cansativa, o que se reflete diretamente na qualidade do trabalho realizado. João afirmou que não sabe se essa falta de empenho é culpa deles ou se é pelas condições apresentadas, pois não se pode cobrar grande dedicação de pessoas que não têm acesso a benefícios básicos (referindo-se a educadores que não se dedicam).

Todos os educadores disseram que o trabalho é cansativo devido ao envolvimento emocional, ao fato de terem que lidar com o mau comportamento dos acolhidos e à carga horária. Pensam em desistir do trabalho por essas razões, mas permanecem por gostarem da profissão e pelas compensações que ela traz, como a de ver o desenvolvimento dos atendidos.

A falta de apoio no exercício da profissão parece refletir em uma falta de motivação para a realização do trabalho, que é administrada por meio do trabalho em equipe.

Ao se verem esgotados, os educadores podem chamar alguns de seus colegas para tomarem a dianteira da situação estressora, dando a chance de que o educador possa se recuperar da forte carga emocional do momento.

Ainda segundo os entrevistados, se não há uma motivação pessoal para trabalhar com crianças e adolescentes, como amor ao trabalho e vontade de transformar a realidade dos acolhidos, o trabalho se torna cansativo e estressante, o que se reflete diretamente em um trato mais autoritário e pouco cuidadoso por parte deles.

A contratação pouco cuidadosa é uma questão constantemente reclamada pelos entrevistados, que afirmaram que deveria haver uma avaliação mais criteriosa na seleção de novos educadores. Isso implica na contratação de pessoas que sejam capazes de cuidar e dar afeto aos atendidos, e não necessariamente tem relação com uma formação técnica, segundo eles.

A escassez de apoio técnico é denunciada pela maior parte dos entrevistados, que disse sentir falta de formação para melhor desenvolver seu trabalho, e também de apoio psicológico para lidarem com as mobilizações emocionais com as quais lidam em seu cotidiano. Em estudo realizado por Wendhausen, Pereira e Johnson (2012), são identificadas necessidades semelhantes às esboçadas pelos entrevistados desta pesquisa, no que concerne à carência de cursos para aprimorar o atendimento aos acolhidos, além de ser apontada uma falta de critério na escolha do perfil dos profissionais contratados. É ressaltada a importância que os funcionários da instituição de acolhimento dão ao fato de que o trabalho requer formação profissional e preparo afetivo para ser realizado.

Diante disso, vê-se que é necessário investir em formação e capacitação adequadas para esses profissionais, inclusive com conhecimento sobre os aspectos biopsicossociais dos acolhidos para que se possa compreendê-los. Além disso, o educador precisa ser atendido bem em relação às suas próprias questões emocionais e

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

afetivas, bem como ser reconhecido positivamente para que consiga prover as necessidades dos acolhidos (Daffre, 2012).

Diante do mau comportamento dos acolhidos, os educadores disseram não existir um consenso para lidarem com as punições, explicando que cada educador aplica a punição da sua forma. Uns disseram conversar e tentar esclarecer o ocorrido ou fazer combinados anteriores para evitarem o mau comportamento; porém outros disseram terceirizar a punição, passando a situação para que a coordenadora da instituição de acolhimento a resolva. Diante dessa flexibilidade, Luciano disse que seus colegas educadores acabam por exagerar nas punições, por vezes se utilizando desse meio para descontar suas frustrações em relação à profissão no acolhido. “Tem educador que não tem paciência e exagera no castigo, fazendo o abrigado passar a noite em pé na lavanderia porque fez xixi na cama” (Maria).

De acordo com Winnicott (1995), pode haver manifestação de comportamento antissocial da criança e do adolescente em situação de acolhimento, que passa a “testar” o afeto de quem está cuidando dele, justamente pelo medo do abandono. Partindo dessa ideia, pode-se pensar no quanto o sentimento de abandono vivido por essas crianças e adolescentes acolhidos podem refletir em comportamentos que visam testar os educadores, como cita Da Rosa (2008) ao refletir sobre o fato de a criança em situação de abandono sentir a necessidade de testar o amor dos pais adotivos para se certificar de que não será abandonada de novo.

Conclusão

No presente estudo, entendeu-se que os educadores têm sentimentos e pensamentos afetuosos em relação aos acolhidos que beiram à relação familiar e, por não saberem o que é esperado de sua função, vivenciam um dilema entre distanciamento profissional e aproximação afetiva, optando por agir de acordo com o que eles acreditam ser o papel do educador.

Veem seu trabalho como um segundo lar, no qual buscam, por meio das experiências vividas, transmitir valores e ensinamentos obtidos em sua família ou evitar que os acolhidos passem por vivências negativas similares às deles. Na instituição de acolhimento, exercendo o cuidar e o educar, parecem acabar por suprir, também, uma necessidade afetiva deles próprios e não apenas dos acolhidos.

Os profissionais aparentam não compreender os conflitos e as oposições na vida institucional dos acolhidos, bem como o fato de não darem valor aos recursos financeiros e educativos da instituição de acolhimento, mostrando pouca familiaridade com os aspectos psicossociais que envolvem o acolhimento e as dificuldades das crianças e adolescentes atendidos.

Apresentam a rotina profissional como fonte de cansaço, devido à falta de apoio psicológico e à falta de capacitação profissional para lidarem com a população atendida, visto que há grande envolvimento emocional, como também uma carga horária elevada e baixa remuneração, levando a maioria deles a buscar uma segunda fonte de renda. Reclamam da falta de participação nas decisões tomadas sobre o destino dos acolhidos e da falta de interação com suas famílias de origem ou adotivas.

Foi ressaltado pelos educadores que deveria haver políticas públicas para auxiliar as famílias de origem a se estruturarem no sentido de evitar o acolhimento, pois veem que os motivos do acolhimento têm relação com aspectos sociais das famílias.

Os resultados obtidos e a análise concluída sobre eles permitem discernir que é necessário se investir em políticas públicas que forneçam supervisões e formação, melhores condições de trabalho, bem como atendimento psicológico aos profissionais, para que os educadores possam realizar seu trabalho de maneira mais adequada, pois, se não há um cuidado com o cuidador, isso pode prejudicar a forma como ele trata o acolhido. Uma vez que os resultados do atual estudo indicaram que há interferência das condições

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

concretas do trabalho e da subjetividade dos educadores na forma como tratam os acolhidos, sugerem-se novas pesquisas que busquem aprofundar o conhecimento sobre as dificuldades que os educadores sofrem ao exercer seu trabalho e sua influência no trato com as instituições de acolhimento, tentando investigar essa problemática tanto com os profissionais quanto com os atendidos, a fim de proporcionar um conhecimento mais amplo sobre o tema aqui estudado.

Referências

- Aberastury, A. (1992). *A criança e seus jogos*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Baptista, M., Fávero, E., & Vitale, M. (2008). *Famílias de crianças e adolescentes acolhidos: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus.
- Bardin, L. (1979/2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bleger, J. (2003). *Temas de Psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes.
- Britto, V. M. V. D., & Lomonaco, J. F. B. (1983). Expectativa do professor: implicações psicológicas e sociais. *Psicologia: ciência e profissão*, 3(2), 59-79.
- Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA 2017). *Web Artigos*. Recuperado em 25 julho, 2017, em <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico>
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 7(2), 329-352.
- Cicchetti, D., & Toth, S. L. (2005). Child maltreatment. *Annual Review of Clinical Psychology*, 1, 409-438.
- Da Rosa, D. B. (2008). A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção. *Psicologia Clínica*, 20(1), 97-110.
- Daffre, S. G. (2012). *A realidade dos abrigos: descaso ou prioridade?*. São Paulo: Zagodoni.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Lei Federal nº 8.069/1990. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.
- Ferrari, R. S. (2008) *Voluntariado: uma dimensão ética*. Dissertação de mestrado em psicologia clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Figueiredo, L. C. (2007). A metapsicologia do cuidado. *Psychê*, 11(21), 13-30.
- Graciani, M. S. S. (2001). *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire.
- Hecht, B., & Silva, R. F. P. (2010). Crianças Institucionalizadas: a construção psíquica a partir da privação do vínculo materno. *Web Artigos*. Recuperado em 25 julho 2017 em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0199.pdf>
- Melchiori, L. B., & Biasoli, A. Z. M. (2001). Crenças de educadores de creche sobre temperamento e desenvolvimento de bebês. *Psic. Teor e Pesq.*, 17(1), 285-292.
- Negrão, A. M. M. (2004). Infância, educação e direitos sociais. *Asilo de órfãs (1870-1960)*. Campinas: Publicações CMU/Unicamp.
- Oliveira, R. C. S. (2007). Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigo. São Paulo: AASPTJ/SP.
- Peiter, C. (2011). *Adoção: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva*. São Paulo: Zagodoni.
- Pinto, L. C. (2005). A teoria de classes de Pierre Bourdieu e a educação não formal. *Cadernos d'inducar*, 23(78), 15-36.

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

- Salina-Brandão, A., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicol. Reflex. Crit.*, 22(3), p. 334-352.
- Serrão, M., & Baleeiro, M. C. (1999). *Aprendendo a ser e a conviver*. São Paulo: FTD.
- Spitz, R. A. (1979/2004). *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wendhausen, A., Pereira, F., & Johnson, G. A. (2012). Os desafios cotidianos dos trabalhadores em um abrigo para crianças e adolescentes. *Emancipação*, 11(2), 189-201.
- Winnicott, D. W. (1995). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (2002). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em 07/12/2015

Aprovado em 01/02/2018

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

Anexo 1
Levantamento do perfil dos entrevistados

Data, nome, gênero, idade, profissão, tempo de serviço no cargo, escolaridade, estado civil, composição familiar.

Costa, Camila Fornelli; Santos, Thaís Ferreira; Santos, Vanessa Silva; Lima, Luís Antônio Gomes. Entre a instituição e o lar: uma odisséia com educadores

Anexo 2

Roteiro de Entrevista

1. Qual é a sua visão sobre o papel do(a) educador(a) no abrigo? Houve mudança em sua forma de pensar durante os anos de profissão?
2. Qual é a sua concepção e os seus sentimentos em relação aos acolhidos? O que você considera que levou a criança/adolescente a chegar aonde está?
3. Que relação você estabelece entre o seu trabalho e a trajetória dos acolhidos na instituição? Você acredita que seu trabalho influencia de alguma forma a conduta dos acolhidos?
4. Como você analisa seu trabalho como educador(a) – carreira, salário, férias, cansaço, preparo e suporte profissionais? Quais são os problemas e as realizações que se destacam no seu cotidiano de trabalho?
5. Você avalia que a organização do trabalho, envolvendo os seus problemas e as satisfações dele decorrentes, influencia na forma como você trata os acolhidos?
6. Você acredita que sua história de vida influenciou na sua escolha profissional? Você avalia que sua história de vida interfere na sua relação com os acolhidos?
7. O que você considera necessário para melhorar a situação do abrigado na instituição?
8. Pense em uma situação em que você tenha mudado a vida de um abrigado. O que foi feito?